

"1987 será um ano de transição"

GAZETA MERCANTIL

O desdobramento do Plano Cruzado, no próximo ano, pode significar correções estratégicas de rumo até uma revisão radical desse programa de estabilização econômica, afirmou ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, em discurso feito durante um almoço de fim de ano oferecido aos jornalistas. Os principais pontos desse discurso são os seguintes:

- Acredito que 1987 se caracterizará pelas grandes correções de rumo. Será um ano de transição, certamente. Três fatos devem predominar: a extrema politização em decorrência dos trabalhos da Assembleia Constituinte; o desenvolvimento do programa de estabilização econômica, com os desdobramentos do Plano Cruzado; e os resultados da discussão

são da dívida externa. Terá de ser, portanto, o ano da instauração e do predominio do debate e da negociação a níveis nacional e internacional.

- Há que se estabelecer o regime do respeito mútuo, da confiança, capaz de consolidar construtivamente a mobilização coletiva. Sem isso, não se pode pensar em pactos de qualquer natureza. Pacto não se impõe. Solidariedade não se decreta. Obtém-se através do diálogo, da negociação, da decisão consensual. Essa é a posição da FIESP/CIESP, manifestada e reitizada desde que se estabeleceu a idéia do pacto social, não como um propósito de cooptação, mas da legitimação da nossa opção pelo sistema liberal democrático, com instituições livres e o regime de economia de mercado. No capítulo do autoritarismo, aliás, todos temos de fazer um exame de consciência e assumir a parte da responsabilidade que nos cabe.

- A sociedade brasileira foi condicionada para receber do governo, em pacotes fechados, as mais graves decisões que afetam profundamente a vida nacional e a ordem política, econômica e social. O Executivo apropriou-se das funções legislativas e demite decretos-leis. Age assim, por dispor, ainda intacto, do sistema centralizador e teme a abertura que significaria a perda do poder tutelar que exerce sobre a sociedade. O Legislativo acomodou-se e emitiu-se ao longo dos últimos anos. Com isso, perdeu a força representativa e vai ter de lutar muito e se impor para readquirir as suas prerrogativas. E a sociedade, inclusive os seus segmentos mais dinâmicos e esclarecidos, tem aceito esse sistema porque fechou-se à discussão por temer no diálogo a semente da desordem. Com isso, a sociedade brasileira na verdade abdica da sua soberania e submete-se à tutela estatal.

- Ante a gravidade do momento que atravessamos, negociar passa a ser essencial, inclusive com os nossos parceiros internacionais. Mesmo com esses, a tendência manifesta-se mais pelo desejo de se autoafirmar, impondo, do que de dialogar e negociar.

- Deixem-nos trabalhar. Deixem-nos exercer as liberdades de criar, de decidir, de investir, de correr riscos, inherentes ao regime aberto, autenticamente capitalista, verdadeiro agente do progresso e da paz social pela harmonização das relações entre capital e trabalho. Nossa economia é de mercado, não é socialista, nem centralmente planificada. Há certas medidas que vão contra a natureza da economia de mercado. Elas podem durar por um período. Se forem para durar para sempre, os que as defendem devem assumir que estão mudando o sistema. E aí o povo tem de ser consultado.

16 DEZ 1986